

# NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

CNPJ nº 04.668.779/0001-79 - NIRE 33300269592

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2001

**1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Realizada às 09:00 horas do dia 13 de dezembro de 2001, na sede social da Sociedade, na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, sala E-102. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/76, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença". **3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 26 do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilacqua, que convidou a Sra. Cristiane Naomi Kaneko Flesch para secretária-lo. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a re-ratificação da deliberação I, itens (ii), (iii) e (vii), concernentes ao Número de Séries, à Quantidade Total da Emissão de Debêntures e à Remuneração, tomadas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2001. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão da matéria, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram re-ratificar os itens acima mencionados, tomadas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2001, os quais passarão a vigorar conforme segue: **"(ii) Número de Séries:** As Debêntures serão emitidas em duas séries, sendo a 1ª série no montante de R\$ 1.136.695.000,00 (um bilhão, cento e trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais) e a 2ª série no montante de R\$ 663.305.000,00 (seiscentos e sessenta e três milhões e trezentos e cinco mil reais), na Data de Emissão." **"(iii) Quantidade Total da Emissão de Debêntures:** 360.000 (trezentas e sessenta mil) Debêntures, sendo 227.339 (duzentas e vinte e sete mil, trezentas e trinta e nove) debêntures da primeira série e 132.661 (cento e trinta e duas mil, seiscentas e sessenta e uma) debêntures da segunda série." **"(viii) Remuneração:** A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"): **Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série:** As Debêntures da 1ª série farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1º de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª série serão equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de spread de 1,10% (um vírgula dez por cento) ao ano. As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1], \text{ onde:}$$

JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;  
VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);  
(f<sub>1</sub> x f<sub>2</sub>... x f<sub>j</sub>) = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do spread, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos Juros Remuneratórios, calculado conforme fórmula abaixo. Os termos f<sub>1</sub>, f<sub>2</sub>, f<sub>j</sub> serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times S, \text{ onde:}$$

f<sub>j</sub> = fator da Taxa DI referente ao dia j; Taxa DI<sub>j</sub> = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j; S = fator de spread final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

b = 1,10% ao ano. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas referida acima, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizada a última Taxa DI dos Juros Remuneratórios. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

**Atualização e Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série: (a) Atualização.** As Debêntures da 2ª série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pela variação do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, calculada de forma pro rata temporis por dias úteis, se necessário.

O Valor Nominal das Debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[ \frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[ \frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal atualizado; VNe = Valor Nominal Unitário, no caso do vencimento do primeiro Período de Capitalização, ou saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário na data de vencimento de cada Período de Capitalização, no caso dos demais Períodos de Capitalização; NI<sub>0</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização; NI<sub>1</sub> = valor do número-índice do mês de início de atualização; NI<sub>2</sub> = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização; NI<sub>n</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. Considera-se como mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da debênture; NI<sub>n-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês "n"; dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização; dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme a fórmula a seguir:

$$\left( \frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$$

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. A aplicação do IGP-M incidirá anualmente. As Debêntures farão jus ao pagamento integral da Atualização nas mesmas datas em que forem pagos os Juros Remuneratórios. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de atualização das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a atualização a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número-índice divulgado, calculado pro rata temporis por dias úteis, se necessário, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do número-índice que seria aplicável. Se a não divulgação do número-índice for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de atualização das Debêntures. Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis por dias úteis, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da atualização aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado o último número-índice disponível. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. **(b) Juros Remuneratórios.** As Debêntures da 2ª série farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1º de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª série serão pré-fixados à taxa de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}, \text{ onde:}$$

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização; VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais ao final de cada Período de Capitalização; b = 12,25% ao ano; n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização. Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade." **6. Todos os demais itens e deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2001 que não foram expressamente alterados pela presente ficam ratificados. 7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, a qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Macaé, 13 de dezembro de 2001. (aa) Presidente: Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilacqua; Secretária: Cristiane Naomi Kaneko Flesch; Acionistas: NOVAMARLIM PARTICIPAÇÕES S.A., p. Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho e Mailson Valente Hykavei; Edna Maria Bloomfield Gama Coutinho; Cláudio Figueiredo Coelho Leal; Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilacqua; Renato Francisco Martins; Luiz Eduardo Passos Maia; Maurício Lima e Morato; Nelson Pasini; Jose Edson Pires de Lucena; Gabriel Penteado; Joaquim Gabriel Penteado Neto; Maurício Peccinini; D. Chiaro e Ezra Moise Safra. Confere com a original lavrada em livro próprio. Cristiane Naomi Kaneko Flesch Secretária. JUCERJA nº 1207421 em 17/12/2001. Maria Cristina V. Contreiras - Secretária Geral.